



# Monitor Político

O Estágio Atual das Reformas

11 de agosto de 2020

**Álvaro Frasson**  
economia@btgpactual.com  
@alvarosfrasson

**Luiza Paparounis**  
luiza.paparounis@btgpactual.com



O destaque da pauta desta semana no Congresso pode ser a análise de alguns vetos presidenciais - ainda não há dados apurados para a análise e não podemos descartar um novo adiamento.

Existem 44 vetos pendentes de análise. De qualquer forma, os vetos relacionados à desoneração da folha de pagamento e ao arcabouço legal do saneamento não seriam analisados nesta semana.

Destaques da agenda desta semana na Câmara dos Deputados:

- (i) os projetos de lei que instituem o regime especial de tributação para transportadoras durante a pandemia da Covid-19 (PL 3364/20) e tratam de auxílio de R\$ 4 bilhões para sistemas de transporte público nos estados (PL 3909 / 20, que foi anexado ao PL 3364/20); e
- (ii) PL 4085/20, que permite aos trabalhadores sacar até 1 salário mínimo do FGTS (fundo de garantia do trabalhador - o projeto recupera o conteúdo da medida provisória nº 946/20, que expirou na semana passada)

## ❑ Desoneração da folha de pagamentos:

Na MP nº 936/20, que institui o Programa Emergencial de Trabalho e Manutenção da Renda, o Presidente Bolsonaro vetou a seção que estende a desoneração da folha por um ano, que atualmente (até dezembro/20) beneficia 17 setores da economia.

Várias lideranças do Congresso, incluindo os presidentes das duas casas legislativas, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre se posicionaram contrários ao veto. Rodrigo Maia afirmou que o Congresso terá maioria para a derrubada deste veto. Portanto, há alto risco de derrubada.

## ❑ Repasse de recursos a estados e municípios:

Bolsonaro assinou a lei que põe fim ao fundo de reservas monetárias formado pelas receitas do IOF, mas vetou o repasse de recursos a estados e municípios para ajudá-los no enfrentamento do COVID-19.

Os governadores têm pressionado pela derrubada do veto e algumas lideranças da Câmara disseram ser favoráveis a isso. Portanto, há alto risco deste veto ser derrubado.

## ❑ Auxílio Emergencial

O presidente Jair Bolsonaro vetou a extensão de R\$ 600 de auxílio emergencial a outras categorias de trabalho (app motoristas, pescadores, entre outros).

A prorrogação do auxílio emergencial de mais 2 parcelas (ou algo fracionado) de R\$600, reduz a probabilidade de derrubada do veto – risco médio de ser derrubado.

## ❑ BPC

Mantendo a conta do Auxílio Emergencial, Bolsonaro vetou a seção que garantia o Benefício Continuado (BPC) no valor de um salário mínimo para deficientes e idosos com renda per capita igual ou inferior a 1/2 do mínimo salário (contra 1/4 do SM) - “expansão do BPC”.

A Câmara já tinha retirado este ponto do projeto, o Senado que o incluiu. Como a derrubada do veto também dependeria da maioria de votos favoráveis na Câmara, o mais provável é que o veto seja mantido (risco médio de ser derrubado).

### ❑ Dívidas de estados e municípios:

Foi vetado o mecanismo que impedia o governo de executar garantias e contragarantias em 2020 de dívidas decorrentes de contratos de estados e municípios renegociados durante a Covid-19, incluindo empréstimos externos.

Apesar de haver pressão de governadores para a derrubada do veto, é baixo o risco de o veto ser derrubado.

### ❑ Reajuste para servidores públicos:

No projeto de ajuda a estados e municípios foi vetado o dispositivo que permitia reajuste de salário para alguns servidores públicos civis e militares envolvidos no combate à pandemia da COVID-19.

Como houve acordo com os governadores para o veto (Bolsonaro deixou para vetar o trecho no último dia dando tempo para alguns governadores concederem o reajuste salarial aos servidores de seus estados), é baixo o risco de ser derrubado.

## ❑ Marco legal de saneamento

Bolsonaro vetou a seção que estabelece que os atuais contratos de concessão podem ser renovados ou reconhecidos como 'contratos-programa' até 31 de março de 2022, com prazo máximo de 30 anos.

Alguns parlamentares ficaram bastante insatisfeitos com o veto, visto que a seção vetada havia sido uma das principais garantias para que o texto fosse aprovado na Câmara dos Deputados. Alguns parlamentares de partidos do Centro, com apoio da ala esquerda do Congresso, já estão tentando derrubar o veto. Alto risco de ser derrubado ou retirado pelo governo.

- ❑ A próxima reunião da Comissão Mista da Reforma Tributária ocorrerá hoje (11), quando será realizada audiência pública com o presidente da Comissão Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles.
- ❑ Os presidentes da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB) e Eduardo Gomes (líder do governo no Congresso), esperam que as discussões na comissão sejam concluídas em outubro.
- ❑ Dada a complexidade do tema, podemos observar um atraso na entrega do relatório final ao comitê. Após a apresentação do relatório à Comissão Mista, o texto seguirá para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, onde poderá ser votado ainda este ano (exige maioria simples de 50 membros da comissão).
- ❑ A probabilidade de aprovação da proposta na Câmara dos Deputados em 2020 é muito baixa (aumentaria se os parlamentares optassem pelo PL 3887/20, que unifica o PIS/Cofins em um IVA federal, que não exige quorum constitucional de aprovação).
- ❑ A proposta provavelmente será aprovada pela Câmara dos Deputados em 2021.

### 3 Fim do fundo PIS/Pasep (MP 946/20)

- ❑ Na última terça-feira (4), a Medida Provisória (MP) que autoriza saques de R\$ 1.045 de contas ativas e inativas do FGTS por meio de injeção de liquidez feita por transferência de recursos do PIS/Fundo Pasep para o FGTS perdeu a validade.
- ❑ Antes, porém, a retirada da ordem do dia foi aprovada em plenário da Câmara, a pedido do governo, sob a justificativa de que o texto apresentava problemas.
- ❑ Conforme prometido pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi apresentado projeto de lei ordinário (PL) sobre o assunto, PL 4085/20, e está marcada para esta semana a votação do pedido de 'tramitação acelerada' do assunto.
- ❑ A Caixa Econômica Federal garantiu que manterá o calendário de retirada emergencial do FGTS, mesmo com a perda da validade da Medida Provisória nº 946, que permitia a retirada do benefício.



## 4 Auxílio às companhias aéreas (MP 925/20)

- ❑ Na última quinta-feira (6), o presidente Jair Bolsonaro sancionou a medida provisória (MP) nº 925/20 com medidas emergenciais para a aviação civil.
  
- ❑ Foram vetados os seguintes pontos:
  - (i) possibilidade de retirada do FGTS para aeronautas e aviadores em licença sem vencimento;
  - (ii) autorização para substituir a outorga fixa pela variável; e
  - (iii) compensação dos efeitos orçamentários e financeiros com devolução dos recursos repassados à Infraero.
  
- ❑ Além disso, destacamos que o texto aprovado contemplou a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) no desenvolvimento, expansão e reestruturação de aeroportos, a ampliação dos critérios de reembolso de passagens aéreas e a extinção do encargo adicional sobre cartões de embarque internacionais a partir de 01/01/2021.

- ❑ Com 56 votos a favor, o plenário do Senado aprovou na última quinta-feira (6) projeto de lei que limita as taxas de juros do cartão de crédito e do cheque especial.
- ❑ No texto substitutivo aprovado, o relator do projeto, senador Lasier Martins, ampliou para 30% ao ano o limite de juros (o texto original previa 20%) para todas as modalidades de crédito oferecidas por meio de cartão de crédito e saque a descoberto para dívidas contraídas no estado de calamidade pública (até 31 de dezembro de 2020; não mais até julho de 2021).O relatório também propõe um limite de 35% para as fintechs.
- ❑ O assunto está agora em análise na Câmara dos Deputados. Rodrigo Maia, porém, já sinalizou que não colocará o assunto em votação.
- ❑ Se votado e aprovado na Câmara dos Deputados, o presidente Jair Bolsonaro provavelmente vetará o projeto.

## 6 Isenção de tarifas de energia (MP 950/20)

- ❑ A pedido do governante deputado Vitor Hugo, sob a justificativa de que a proposta já cumpria seus objetivos na pandemia, o assunto foi retirado de pauta na última quarta-feira ( 5), perdendo a validade no mesmo dia.
- ❑ A proposta isentava os consumidores beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica do pagamento das contas de energia elétrica entre 1º de abril e 30 de junho de 2020.

- A votação da medida provisória (MP) está na pauta desta semana na Câmara dos Deputados.
- A proposta permite a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) na aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao combate à Covid-19, dispensando a realização de rodadas de licitações públicas.
- Pela proposta, o SRP será utilizado quando a compra for realizada por mais de um órgão público. Esses órgãos terão de 2 a 4 dias úteis a partir da data do anúncio (da intenção de registro do preço) para manifestar o interesse em participar do processo.
- Ao mesmo tempo, a MP também revogou o dispositivo da MP 930/20 que dava proteção legal aos funcionários da CB.

- ❑ Na última quarta-feira (5), o relator do projeto, deputado Laércio Oliveira, apresentou parecer favorável à aprovação do projeto de lei ordinária (PL) nº 6407/13, que estabelece um novo marco legal para o mercado de gás natural com medidas de estímulo ao setor.
- ❑ Além disso, na semana passada, o relator do projeto, em sessão presencial realizada pela Confederação da Indústria (CNI), afirmou que o projeto será uma das prioridades do governo no 2S20.
- ❑ Dentre as medidas previstas no texto, destacamos:
  - (i) a possibilidade de o transporte de gás ser realizado no regime de autorização em substituição ao atual regime de concessão; e
  - (ii) a possibilidade de importação ou exportação de gás natural, desde que autorizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).
- ❑ Nossa expectativa é que o projeto de lei seja aprovado pela Câmara no 3T20 (já está em 'fast-track').
- ❑ São poucos os pontos de resistência e há consenso em preservar as principais diretrizes do texto. Depois de aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto será analisado pelo Senado.

- ❑ Na semana passada, o relator do projeto, deputado Rubens Bueno, apresentou seu relatório sobre a MP que isenta os bancos públicos de exigirem dos clientes uma série de documentos fiscais - como certidões eleitorais e os Certidão de regularidade do FGTS (fundo de garantia do trabalhador) - na contratação ou renegociação de empréstimos.
- ❑ O relatório trouxe uma série de alterações, entre as quais destacamos:
  - (i) extensão do período de não exigibilidade para 31 de dezembro (versus 30 de setembro anteriormente); e
  - (ii) inclusão do cadastro do Cartão de Crédito Rural (CCR) na lista de documentos a serem dispensados.
- ❑ O texto mantinha a decisão de que empréstimos e renegociações não podem ser feitos com devedores do INSS, por se tratar de uma exigência da Constituição.
- ❑ Ainda não há acordo para votação da matéria que expirará em 24 de agosto.

- ❑ A votação do projeto estava marcada para a semana passada, mas foi adiada por prazo indeterminado em razão de incompreensão sobre o assunto.
- ❑ O PLP prevê o repasse de R\$ 62 bilhões do governo federal aos estados e municípios para compensar as perdas de arrecadação de ICMS (IVA) causadas pela Lei Kandir (que isentava exportações de produtos primários e semiacabados ou serviços de ICMS desde 2004, sem qualquer compensação para os estados).
- ❑ A divergência, porém, centrava-se na parte que exonera o Fundo Social do Pré-Sal, o que, por sua vez, poderia constituir uma quebra de acordo entre os governadores dos estados e o governo federal.
- ❑ Além disso, a extinção do fundo já está prevista na PEC Fundos Públicos (proposta de emenda constitucional nº 187/19) e, portanto, a nosso ver, uma vez aprovada a PEC 187, o PLP deverá ser discutido novamente.

- ❑ A agenda desta semana na Câmara dos Deputados traz a votação do projeto de lei que altera as regras para recuperação judicial e falência.
  
- ❑ Dentre outras medidas, o projeto prevê:
  - (i) a possibilidade de desconto de até 70% em multas, juros e encargos tributários;
  - (ii) necessidade de maioria simples de credores representando mais da metade de todos os créditos para homologação da utilização da recuperação extrajudicial; e
  - (iii) prorrogação do prazo para pagamento de débitos tributários.



## 12 Suspensão do teto de gastos (PEC 27/20)

- ❑ Na semana passada, um grupo de 28 senadores apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) nº 27/20, que suspende o teto de gastos por 2 anos sob a justificativa de que o teto prejudica os investimentos em o contexto da pandemia Covid-19.
- ❑ Embora a PEC já tenha começado a ser tramitada, entendemos que não será aprovada, por se tratar de um tema que suscita muitas divergências entre os parlamentares (o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, são contra os a medida).

- ❑ Na semana passada, o relator do projeto, senador Jorginho Mello, apresentou seu relatório a favor da aprovação do projeto de lei complementar (PLP) que permite a alteração do regime tributário (de Lucro Presumido para Lucro Real ou para 'Simples Nacional'), excepcionalmente, para 2020.
- ❑ Vale ressaltar que o texto impede a empresa que migra para o Lucro Real ou para o Simples de retornar ao regime anterior.
- ❑ O relator do projeto acatou sugestões do Sebrae para esclarecer os momentos em que será possível optar pela migração para o Simples Nacional e a indicação de que o Lucro Presumido será considerado tributação definitiva em relação aos trimestres anteriores.

- ❑ A votação da medida provisória (MP) estava marcada para a semana passada, porém foi adiada para esta semana. A MP perderá validade nesta quarta-feira (12).
- ❑ A medida prorroga o prazo para pagamento dos impostos sobre a prestação de serviços de telecomunicações - TFF (telecomunicações), Condecine (audiovisual) e CFRP (radiodifusão pública).
- ❑ O recolhimento do imposto do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), estimado em R\$ 4 bilhões, pode ser realizado em parcela única (dia 31 de agosto), sem juros, ou em até 5 vezes (último dia útil de cada mês entre agosto e dezembro), mas com juros iguais à taxa Selic.

- ❑ O Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, programou a votação da PEC que torna o Fundeb permanente para o dia 18 de agosto.
- ❑ Já foi bastante debatido e por isso manteve o texto aprovado na Câmara que aumenta a contribuição federal do Fundo de 10% para 23% em seis anos (12% no primeiro ano, 15% no segundo, 17% no terceiro, 19% no quarta, 21% no quinta e 23% no sexta)

# PROCESSO DE TRAMITAÇÃO: Principais Normas Legislativas



Votos necessários à aprovação	Proposta de Emenda à Constituição	Lei Ordinária (LO)	Lei Complementar (LC)	Medida Provisória (MP)
		3/5 (308 deputados federais e 49 senadores)	<b>Maioria Simples</b> (mais de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para que a votação ocorra)	<b>Maioria Absoluta</b> (257 deputados federais e 41 senadores)
Tramitação	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⋮ Comissão Especial (CE) ⋮ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⋮ 2 turnos no Senado ⋮ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⋮ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⋮ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial	Comissão Mista ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário. 2 Isso significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

## Macro Research

**Álvaro Frasson**

economia@btgpactual.com  
@alvarosfrasson

**Luiza Paparounis**

luiza.paparounis@btgpactual.com

---



### Disclaimer

Para acesso ao Disclaimer, clique: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>